Economia global

OS EUA NA ORIGEM DO PROBLEMA

A economia global se debate numa grave crise, iniciada há quatro anos. É a mais grave desde a Grande Depressão, em 1929, e não dá sinais de que está perto de terminar. Sua expressão mais visível agora é o alto endividamento público que afeta dois dos principais motores da economia mundial: a União Europeia (UE) e os Estados Unidos (EUA).

O exemplo mais dramático de como o rombo corroeu as economias ocorre na Grécia. Um dos países menos desenvolvidos da zona do euro, a nação teve de recorrer à UE e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter os recursos para enfrentar seu gigantesco déficit orçamentário. Em diferentes graus, o ciclo envolvendo uso de dinheiro público para sanear setores da economia, elevação da dívida, desconfiança dos mercados e falta de crédito repetiu-se, além da Grécia, em países como Portugal, Itália, Irlanda e Espanha, aumentando o risco de contaminação generalizada na UE.

O estouro da bolha imobiliária nos EUA causou prejuízo aos bancos e contaminou o mercado mundial

Globalização e neoliberalismo

A crise global teve origem no colapso do mercado imobiliário dos EUA, em 2008, e todo o mundo foi quase imediatamente atingido. Isso acontece porque vivemos a era da globalização, cuja característica é interdependência e entrelaçamento entre as economias dos diversos países. Os grandes bancos e as empresas transnacionais são atores globais, e o mercado financeiro mundial – com as bolsas de valores e os fundos de investimento – funciona de forma integrada, 24 horas.

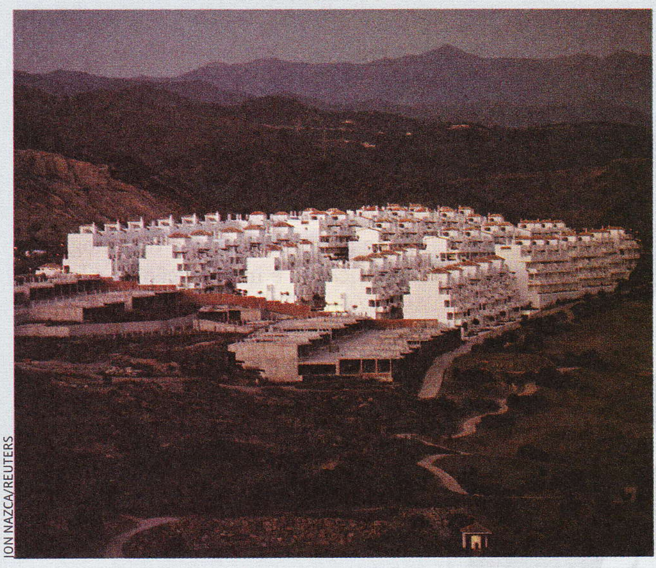
A integração da economia global acentuou-se a partir dos anos 1990, com a revolução tecnológica. A internet revelou-se a mais inovadora tecnologia de comunicação e informação do planeta. As trocas de informações (dados, voz e imagens) tornaram-se quase instantâneas, o que acelerou em muito a integração das atividades econômicas.

Essas transformações deram a forma prática ao que chamamos de neoliberalismo, política econômica também conhecida como Consenso de Washington. Essa última expressão surgiu em 1989, quando funcionários do governo dos EUA, de organismos internacionais e economistas debatiam diretrizes a ser aplicadas aos países da América Latina, na época com grandes dívidas externas.

Mais tarde, as soluções ali apontadas se tornaram o modelo do FMI e do Banco Mundial a ser adotado como receita nos cinco continentes. O neoliberalismo prega que o funcionamento da economia deve ser entregue às leis de mercado. Segundo seus defensores, a presença estatal na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento. Algumas de suas características são:

- livre circulação de capitais, com a abertura das economias e a eliminação de barreiras a investimentos estrangeiros;
- amplas privatizações;
- redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos;
- desregulamentação do trabalho, para reduzir os custos das empresas.

Com a globalização, os grandes investidores internacionais podem, com o simples acesso ao computador, retirar milhões de dólares de nações nas quais vislumbram problemas econômicos. Quando os países se tornam vulneráveis a esses movimentos bruscos de capitais, organismos internacionais como o FMI liberam empréstimos para que possam enfrentar a sangria de dólares. Em contrapartida, os governos beneficiados ficam obrigados a obedecer ao receituário ditado pelo organismo, basicamente o que fora estabelecido pelo Consenso de Washington.



JON NAZCA/REUTERS

INACABADO *Conjunto residencial no sul da Espanha com a construção interrompida: resultado da crise*

Como a bolha estourou

O estouro da bolha imobiliária nos EUA, em 2008, foi o início da atual crise. Sua origem foi o farto crédito imobiliário oferecido nos anos anteriores. Entre 2002 e 2008, com as taxas de juro norte-americanas num patamar muito baixo, os bancos fizeram empréstimos de longo prazo a clientes sem boa avaliação como pagadores – chamados de subprime. O crédito fácil intensificou a procura por imóveis, que tiveram os preços elevados.

Mais tarde, o governo subiu os juros para combater a inflação. Com isso, as prestações dos financiamentos ficaram mais caras, e muitos compradores pararam de pagar. Isso provocou uma ação sequencial: primeiro, parte dos imóveis (garantias dos empréstimos) foi retomada pelos bancos; os bancos os colocavam à venda, para cobrir os empréstimos; o aumento da oferta de imóveis fez os preços cair; e assim, mesmo com a venda, os bancos não conseguiam recuperar o prejuízo. Acontece que muitos títulos negociados pelos bancos tinham como garantia os empréstimos subprime, e, com a falta de pagamentos, o valor dos títulos despencou. Instituições financeiras com grande volume desses títulos como patrimônio chegaram à beira da falência.

Esse processo foi o "estouro da bolha imobiliária", em setembro de 2008, cujo marco foi a quebra de um dos maiores bancos de investimento dos Estados Unidos, o Lehman Brothers. Em seguida, a crise espalhou-se pelo sistema financeiro mundial em efeito dominó.

As consequências dos cortes orçamentários afetam o cotidiano dos europeus e os estados de bem-estar social

Aumento da dívida pública

Diante da crise, os mesmos governos defensores da liberalização dos mercados e dos cortes profundos em gastos do Estado decidiram injetar trilhões de dólares de dinheiro público para socorrer as instituições financeiras e tentar conter os efeitos da crise. Logo após a falência do Lehman Brothers, o governo dos EUA decidiu gastar 700 bilhões de dólares para salvar bancos, enquanto os membros da zona do euro adotaram pacotes de ajuda ao sistema financeiro europeu. O dinheiro público utilizado para salvar os bancos não foi capaz de reativar a economia, mas agravou perigosamente a dívida pública dos países. Naturalmente, o dinheiro usado para salvar os bancos depois tem de ser coberto. A consequência é que, no período seguinte, os governos se veem levados a cortar os gastos públicos e a buscar formas para ampliar a arrecadação. Assim, as consequências atingem o conjunto das populações dos países envolvidos, seja pagando mais impostos, seja tendo restrições em serviços públicos, aposentadorias ou benefícios sociais.

Perspectivas difíceis

A economia norte-americana já apresentava grande déficit público antes da crise, e a injeção de dinheiro público no sistema financeiro agravou o desequilíbrio fiscal. Em maio de 2011, os EUA atingiram seu limite legal de endividamento público, fixado em 14,3 trilhões de dólares. Pela lei, acima disso o governo não poderia mais tomar empréstimos – o que punha o país na iminência de dar um calote em parte de sua dívida. A negociação no Congresso para elevar o teto parou na disputa entre o Partido Democrata, do presidente Barack Obama, e o Republicano, de oposição.

Após um longo impasse e meses de negociações, o Congresso dos EUA elevou o teto da dívida, em agosto de 2011. Em contrapartida, Obama se comprometeu a cortar 2,4 trilhões de dólares do orçamento em dez anos. Mesmo com o acordo, os EUA sofreram um duro baque: a agência de risco Standard & Poor's rebaixou a nota dos títulos da dívida norte-americana pela primeira vez na história. Na prática, isso significa que a agência já não crê plenamente na capacidade de o país honrar sua dívida. Até então, os títulos do Tesouro norte-americano eram considerados um parâmetro de estabilidade na economia global. Agora, isso mudou.

Um dos desafios dos governos europeus e norte-americano é reduzir a dívida e obter um crescimento econômico – tarefa em que têm fracassado. Nos EUA, a recuperação da economia vem se mostrando muito lenta, e o desemprego saltou de 5,8% em 2008 para 9,1% em 2011.

Na Europa, a situação é pior. Para cortarem o déficit e cumprirem as exigências da UE e do FMI, os países adotam planos de austeridade que deterioram os mecanismos de proteção social, fecham postos de trabalho, inibem a produção e reduzem as perspectivas de crescimento econômico. Em dezembro de 2011, o desemprego atingiu 10,4% na zona do euro.

Diante desse cenário, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê que a zona do euro entre em recessão em 2012, e que os Estados Unidos correm o mesmo risco, dificultando a superação da crise econômica global.

CRISE ECONÔMICA GLOBAL

As origens e a evolução da crise que abalou a globalização

2001

JUROS EM BAIXA
A taxa de juros básica dos EUA é reduzida a 1,75% ao ano, para impulsionar a economia. Os empréstimos oferecidos pelos bancos ficam mais baratos, e isso estimula o consumo e a produção.

OS SUBPRIMES
Os financiamentos de imóveis nos EUA eram destinados aos clientes primes, pessoas com alta renda. Com o corte nos juros, começam a ser concedidos empréstimos a pessoas com menor poder aquisitivo, os subprimes.

2002/2003

A FARRA DOS EMPRÉSTIMOS
Os empréstimos se multiplicam, e, com as prestações sendo pagas, essas operações se tornaram muito lucrativas para os bancos: eles criam fundos e negociam títulos no mercado financeiro, oferecendo como garantia as dívidas, a ser pagas pelos subprimes.

A BOLHA
Com base nesses títulos, as instituições financeiras emitem novos papéis, reunidos em carteiras, gerando então novos títulos, e o valor total dos negócios vai sendo multiplicado várias vezes.
Surge uma bolha especulativa.

2004

CRESCE A INFLAÇÃO
A economia dos EUA dá sinais de inflação, sobretudo pelo corte nos impostos dos ricos e pela alta nos gastos militares após 11/9/2001, sob o governo do presidente George W. Bush.

COMBATE À INFLAÇÃO
Para tentar conter a inflação, o banco central eleva a taxa básica de juros a partir de outubro de 2004. Uma das consequências, porém, é que o valor das prestações dos empréstimos imobiliários passou a subir cada vez mais para o cidadão comum, por causa dos juros.

2006/2007

AUMENTA A INADIMPLÊNCIA
A taxa de juros ficou cinco vezes maior do que antes. Com as prestações mais caras, parte dos compradores não consegue mais pagar. Como a garantia é o próprio imóvel, os bancos começam a tomá-los de volta.

IMÓVEIS E TÍTULOS PERDEM VALOR
Imóveis são devolvidos e postos à venda e os empréstimos ficam mais caros, isso derruba o preço dos imóveis. Os títulos perdem valor, causando grandes prejuízos a bancos e a empresas imobiliárias.

EFEITO DOMINÓ
Milhões de pessoas perdem sua moradia, bancos param de conceder empréstimos e há paralisação da construção civil. A desvalorização dos papéis imobiliários faz as bolsas de valores despencar no mundo todo.

ENTRA O DINHEIRO PÚBLICO
Para evitar uma quebra mundial das bolsas, os bancos centrais de vários países desenvolvidos injetaram, em agosto de 2007, 400 bilhões de dólares de dinheiro público nos mercados monetários.

SET/2008

CRISE ABERTA
Em setembro de 2008, a quebra do Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos norte-americano, afeta diretamente outros bancos, fundos de pensão e empresas nos EUA e no exterior.

EUROPA
Com a crise, governos europeus decidem injetar bilhões de euros de recursos públicos para segurar os bancos, o que catapulta os déficits públicos. Os juros aumentam na zona do euro.

MAI/2010

Em grave crise, a Grécia recebe um empréstimo de 110 bilhões de euros, como parte das medidas anticrise.

MEDIDAS ANTICRISE
Os governos tomam 3 medidas básicas:
1. Emprestar dinheiro às instituições em dificuldades
2. Estatizar empresas em risco de falência
3. Garantir os depósitos feitos pelos clientes nos bancos

Todas provocam aumento dos déficits nos orçamentos.

CÍRCULO VICIOSO

Falta de crédito
Com o cenário econômico ruim, os bancos deixam de emprestar. Isso paralisa a economia, pois as empresas e os consumidores precisam de crédito para comprar e vender, empurrando os países para a recessão.

Recessão
Com a recessão, a atividade econômica diminui, os investimentos nas empresas caem e há redução de vagas. O desemprego aumenta.

Desemprego
O aumento de pessoas sem trabalho derruba a renda da população, e, consequentemente, caem o consumo e a atividade econômica. Os riscos de não pagamento de empréstimos crescem, e os bancos reduzem o crédito.

COMO SAIR?
Uma das formas de romper esse círculo é a injeção de recursos públicos na economia, pela via de incentivos fiscais, redução de impostos em certos setores ou obras públicas, mas o alto endividamento reduz atualmente a margem de ação dos governos.

Protestos

A CRISE LEVA O POVO ÀS RUAS

As dificuldades para impor as duríssimas medidas de ajuste na Grécia, aceitas pelo Congresso em fevereiro de 2012, ganharam forma nos maciços protestos que tomaram ruas e praças, chegando ao extremo de manifestantes atearem fogo em imóveis, incluindo prédios históricos. O primeiro-ministro grego, Lucas Papademos, declarou que não aceitaria manifestações, pois o país não poderia se dar ao luxo de ter protestos em "tempos tão difíceis". Mas o pacote de medidas imposto pela Troica (FMI, União Europeia e Banco Central Europeu) ao governo grego atinge a soberania do país e as medidas contrariam a vontade majoritária da população do país.

Desde 2008, quando a crise estourou, milhares de pessoas saíram às ruas da Grécia em protestos contra as medidas de austeridade. Sindicatos convocaram greves, e o país passou dias paralisado. Desde então, quando houve pacotes econômicos, houve também manifestações.

Manifestações pelo mundo têm na base uma piora nas condições econômicas de diversos países

Os protestos na Grécia podem ser entendidos à luz da situação global. Há um traço comum às manifestações que, desde o início de 2011, ocorreram pelo mundo. Apesar de se tratar de uma expressão de anseios locais, os protestos tiveram motivações de fundo universal: as pessoas mostraram sua oposição às medidas adotadas, diante da crise econômica, por governos e instituições. Os manifestantes não se sentem responsáveis pela recessão e não parecem dispostos a pagar o caro preço exigido por ela.

Da Tunísia para o mundo

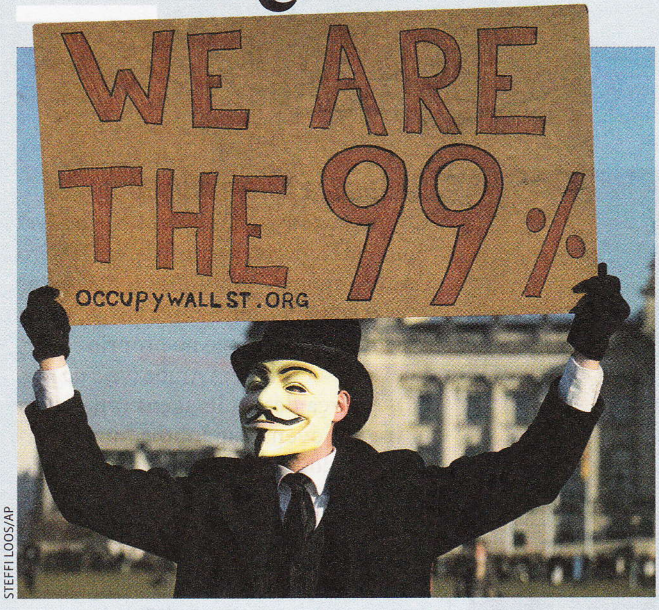
A onda de revoltas recentes em nível mundial começou na Tunísia, em janeiro de 2011, quando multidões tomaram as ruas revoltadas com a situação que levou um jovem a atear fogo no próprio corpo, iniciando a Primavera Árabe (*veja na pág. 26*). A força dessas imagens repercutiu entre os jovens espanhóis, que, mesmo quando têm diploma superior, não conseguem trabalho. Em maio de 2011, centenas de pessoas tomaram a praça Porta do Sol, em Madri, e permaneceram acampadas por semanas. Os "indignados" protestam contra as medidas de austeridade do governo espanhol e o elevado desemprego, que afeta cerca de metade dos jovens com menos de 25 anos.

No Chile, estudantes saíram às ruas de Santiago e de outras cidades e ocuparam universidades para protestar contra o sistema educacional herdado da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1989). Além de mais investimentos, eles exigiam ensino gratuito nas universidades públicas – de modo geral, os estudantes formam-se endividados e sem garantia de colocação no mercado de trabalho.

No coração do capitalismo

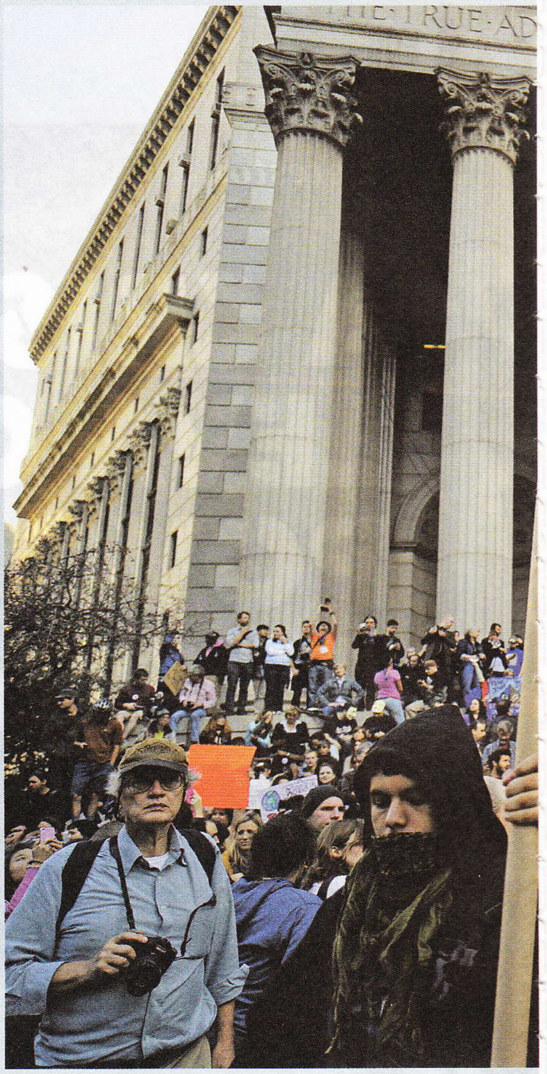
"Nós somos os 99%." O slogan do movimento Ocupe Wall Street ganhou destaque em todo o mundo ao fazer referência à maioria da população norte-americana, em contraposição aos empresários e banqueiros. O movimento tomou a praça Zuccotti, no distrito financeiro de Wall Street, em Nova York. Cerca de mil pessoas montaram acampamentos no local em setembro e permaneceram até novembro, organizando passeatas que agruparam milhares de pessoas.

Apesar de não apresentarem uma agenda de reivindicações específicas, os manifestantes têm um alvo claro: o setor financeiro e seu poder de influenciar a política econômica norte-americana. A mão pesada das instituições financeiras nas decisões de Washington ficou evidente quando o governo usou recursos públicos para resgatar bancos durante a crise, enquanto aumentava o desemprego e havia cortes nos programas de assistência social.



STEFFI LOOS/AP

Somos os 99%
O movimento Ocupe Wall Street, iniciado em Nova York (à dir.), espalhou-se e aparece em Berlim (à esq.): *abaixo, protesto na Grécia contra o pacote de ajuste imposto pelo FMI e a União Europeia*



O movimento Ocupe Wall Street, iniciado em Nova York, ganhou versões nos EUA e no exterior

Indignação global

A mobilização organizada pelo Ocupe Wall Street conseguiu repercutir para além das fronteiras de Nova York. Em 15 de outubro, as manifestações contra as elites financeiras ganharam o mundo com a convocação do Dia de Ação Global, que reuniu milhares de pessoas em mais de 82 países. Apesar da participação de instituições organizadas, como sindicatos e partidos políticos, as mobilizações brotaram como uma reação popular espontânea, sem lideranças marcadas. As redes sociais desempenharam papel importante para a disseminação das ações. Por meio de ferramentas como o Twitter e o Facebook, ativistas do Cairo ou de Nova York convocaram ações, que rapidamente ganharam repercussão ampla.

Mesmo que, para cada movimento, a capacidade de transformação possa ser diferente, a intensidade dos protestos – por si só – sinaliza que há um descontentamento forte com a queda da renda e a piora nas condições de vida como resultado de uma crise econômica pela qual o cidadão comum não se sente responsável. ☒

Saiu na imprensa

MENTIRA E COLONIZAÇÃO DA GRÉCIA

Vinicius Torres Freire

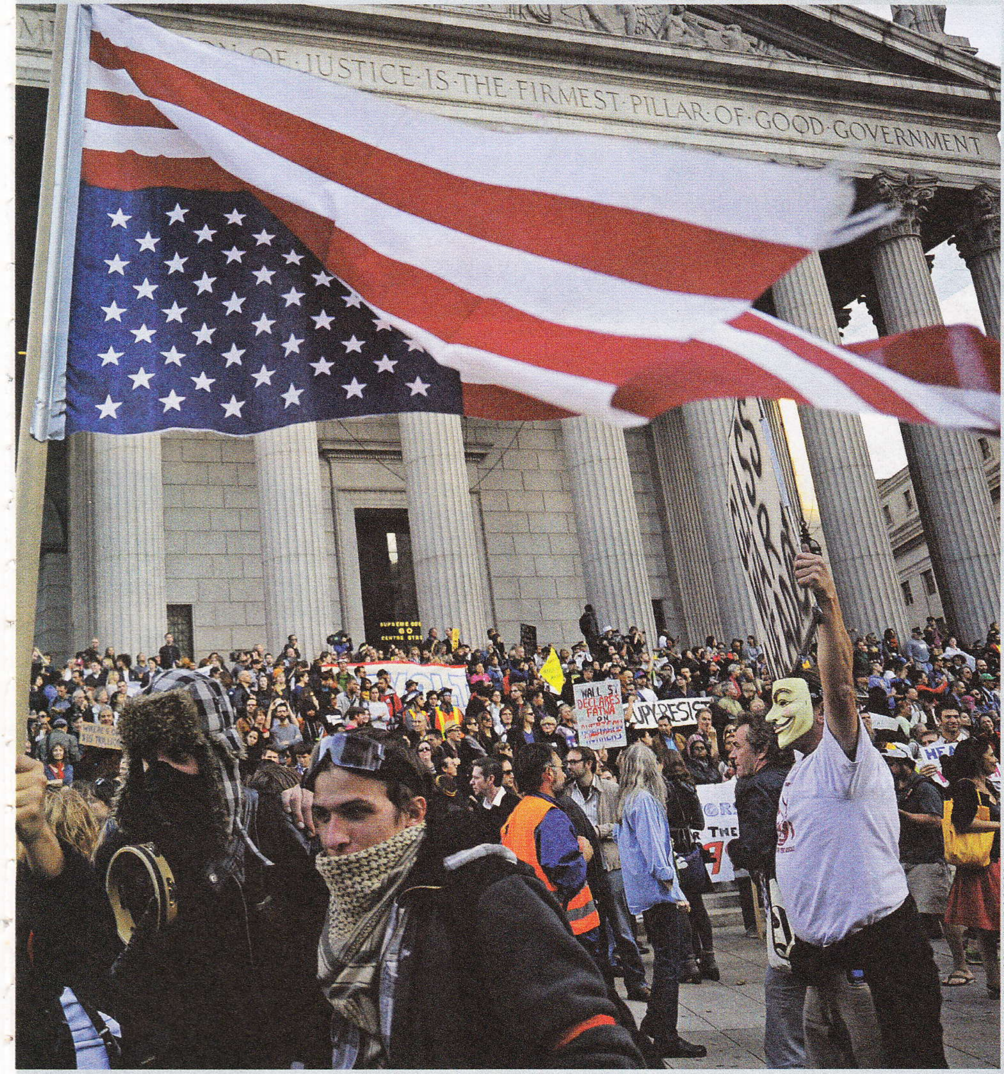
Faz algumas semanas, era piada dizer que a Grécia seria reduzida à condição de república bananeira, ocupada por estrangeiros que vinham cobrar dívidas, como os americanos faziam na América Central no início do século 20.

Agora é oficial: inspetores da União Europeia e/ou FMI vão ter uma cadeira no departamento de contas a pagar e a receber do governo grego, praticamente dizendo o que pode e o que não pode. Haverá ainda uma conta especial para canalizar o dinheiro dos credores (o que sobrar, fica com os gregos).

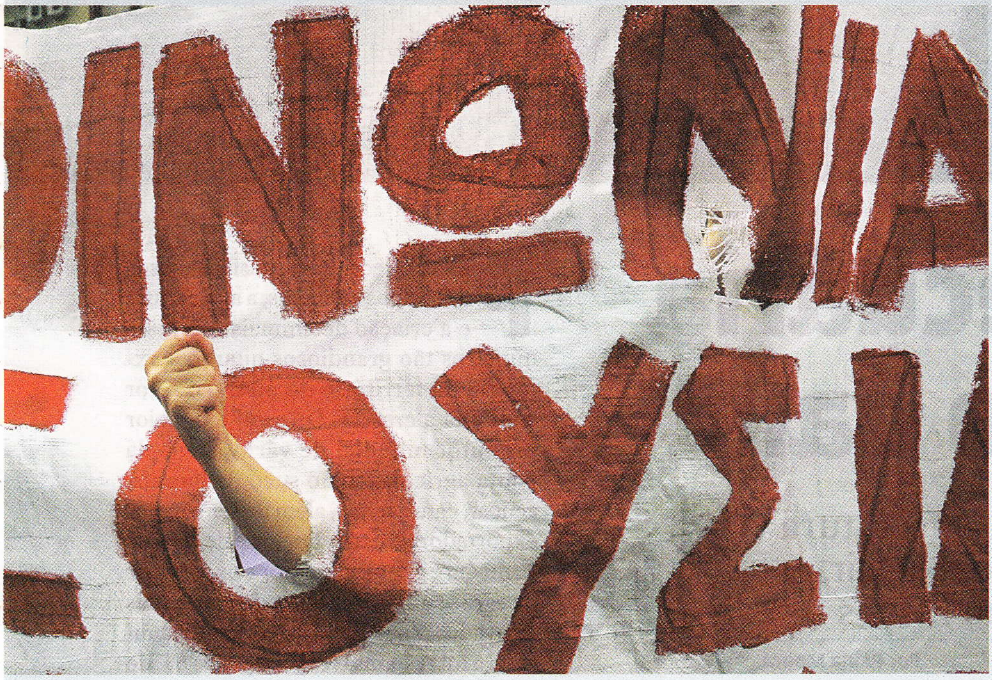
Se implementado, o "plano de socorro" reduz a Grécia à condição de colônia: sem moeda, sem autonomia orçamentária, sem crédito, sem nada. (...)

Obviamente ninguém está dando a mínima para a Grécia, e menos ainda para os gregos comuns. O que a elite europeia pretende é ganhar tempo, como o faz desde 2009. Evita-se o calote grego, talvez até 2013. Nesse ínterim, tomam-se medidas para acolchoar o ambiente e proteger bancos e governos europeus de um "acidente" na Grécia (como uma revolução). (...)

Folha de S.Paulo, 22/2/2012



RANDY L. RASMUSSEN/THE OREGONIAN



NIKOLAS GIAKOUMIDIS/AP

Resumo

Crise econômica

GLOBALIZAÇÃO Período da economia mundial aberto no início dos anos 1990, ao final da Guerra Fria (1949-1991), e marcado pela interdependência entre empresas, governos e movimentos sociais do mundo todo. O termo descreve ainda a situação propiciada pela internet, com a troca instantânea de informações e a possibilidade de movimentos globais de capitais. Por isso, a atual crise econômica afetou o mundo todo rapidamente.

CRISE ECONÔMICA Foi iniciada em setembro de 2008, com o estouro da bolha imobiliária nos EUA: houve a quebra do banco norte-americano de investimentos Lehman Brothers, provocando um efeito dominó no mercado financeiro mundial. O alto endividamento de diversos países, agravado pela ajuda ao mercado financeiro, é a expressão mais aguda da crise no início de 2012.

GRÉCIA O país entrou numa profunda crise de insolvência financeira em 2010: atingiu um endividamento público tão elevado que não conseguiu mais empréstimos. A União Europeia e o Fundo Monetário Internacional acertaram um empréstimo bilionário ao país. Em troca, a Grécia se comprometeu a cortar gastos sociais, aumentar a arrecadação e privatizar empresas e serviços estatais.

UNIÃO EUROPEIA É o maior bloco econômico do mundo, que agrupa 27 países. Dezessete deles compõem a zona do euro, que compartilham o euro como moeda. Há ainda o Espaço Schengen, incluindo 26 países (quatro de fora da UE). A crise na Grécia ameaça a viabilidade da zona do euro. Para evitar um contágio, a União Europeia pressiona governos do bloco a cortar seus gastos. Os países com déficits fora dos padrões da UE foram batizados com o nome de PIIGS, acrônimo formado com as iniciais em inglês de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, que sugere economias "sujas".

PROTESTOS As consequências da crise econômica desagradaram à população de vários países, nos quais eclodiram greves e protestos. Em 2011, as mobilizações surgiram em muitos continentes, algumas vezes de forma espontânea.